

EDUCAÇÃO RURAL E DO CAMPO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Marcilene Damasceno Xavier ¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo traçar considerações sobre a educação do campo em uma perspectiva de construção de identidade pertencimento levando em consideração as diferenças entre educação do campo e educação rural, propondo um trabalho pedagógico voltado ao desenvolvimento da identidade e de pertencimento ao lugar, auxiliando a valorização do campo. A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, e embasada teoricamente em autores que discutem o tema como CALDART (2007), ARROYO (2004), NUNES (2015) e CARVALHO (1998). A Educação Rural pode ser entendida como aquela elaborada para atender às necessidades do capital, enquanto a Educação do Campo representa os movimentos organizados do campo, a partir de uma proposta de educação construída por eles próprios. Observou-se que as práticas educativas da escola desencadeiam ações que desenvolvem a identidade e o desejo de pertencimento no campo. Contudo, considera-se que a práticas pedagógicas poderia ser mais efetiva, no sentido de trazer para as práticas pedagógicas as vivências das propriedades como temas para a aprendizagem dos conhecimentos científicos, aproximando o vivido nas propriedades e os saberes a serem aprendidos.

Palavras-chave: Educação Rural, Campo, Identidade, Assentamento.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo traçar considerações sobre a educação do campo em uma perspectiva de construção de identidade pertencimento levando em consideração as diferenças entre educação do campo e educação rural. Caldart (2002) revela que este paradigma remete a uma reflexão sobre o sentido das atividades dos trabalhadores do campo, que tentam garantir a sobrevivência de suas lutas sociais e culturais. Neste sentido, a Educação Rural pode ser entendida como aquela elaborada para atender às necessidades do capital, enquanto que a Educação do Campo representa os movimentos organizados do campo, a partir de uma proposta de educação construída por eles próprios.

Levando em consideração os estudos de Caldart (2007), Arroyo (2004), Nunes (2015) e Carvalho (1998), principalmente no que tange o processo de implementação de uma cultura de pertencimento e identidade trabalhando uma educação do campo que

¹Graduada do Curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pará - UFPA, graduada em Pedagogia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), Especialista em Educação Especial Inclusiva (FACESP) e Educação no Campo (FACULESTE). E-mail: Marcia.damascenos@hotmail.com.

valorize o camponês e seu local de trabalho, seja ele o assentamento ou comunidade onde moram. Para Caldart (2009, p. 39), “a educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. É fruto de uma intensa mobilização dos movimentos camponeses, com uma proposta para desenvolver novas metodologias de ensino e propor políticas públicas diferenciadas para as populações dos espaços rurais.

Nesse sentido, surge a problemática da pesquisa: como desenvolver práticas pedagógicas para trabalhar a valorização da identidade e cultura do camponês.

O objeto de estudo utilizado nesta pesquisa consiste em material obtido através de livros e artigos científicos, dando ênfase no estudo que permeia a educação do campo e educação rural concentrando-se nos aspectos mais relevantes para a pesquisa, ou seja, a questão da identidade e pertencimento embasado nos teóricos e pesquisadores que se debruçam acerca destas temáticas.

No que tange aos passos metodológicos considera-se o referido tipo de pesquisa como meio necessário para o desenvolvimento desta investigação. Visto que, de acordo com os estudos de Marconi e Lakatos:

A pesquisa bibliográfica [...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, filmes e programas de televisão [...] (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 200).

O foco deste trabalho se constitui na observação, análise e reflexão em torno das práticas pedagógicas envolvendo o desenvolvimento da identidade, cultura e pertencimento na educação do campo.

Nesse sentido, no que se refere à educação e políticas educacionais para o campo, é importante mencionar que a oferta de educação para a população rural foi contemplada a primeira vez somente na Constituição de 1934. Neste período de intenso êxodo rural gerado pelo processo de industrialização, houve o surgimento do ruralismo pedagógico: uma proposta de educação para o meio rural tinha o propósito de manter os filhos dos trabalhadores rurais no campo.

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO RURAL

O movimento de educação do campo teve seu marco a partir da realização do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) em

1997, e da I Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, ocorrido em 1998 no município de Luziânia-GO.

Nesse sentido, de acordo com Kolling; Nery; Molina (1999) os movimentos sociais propõem uma visão diferenciada a respeito da organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, englobando: reuniões periódicas, realização de seminários e acompanhamento das legislações específicas de educação básica do campo. Nessa perspectiva, esses movimentos sociais preocupavam-se com as aspirações populares dissociando historicamente da educação rural especialmente, por centralizar o camponês como sujeito histórico dotado de experiências, saberes e práticas coletivas.

A diferença entre elas se dá nas práticas pedagógicas, gestão educacional e políticas educacionais. “A Educação do Campo se origina dos movimentos sociais, das lutas dos trabalhadores do campo. Diferente da Educação Rural, que é um projeto do sistema capitalista, para manter a hegemonia da Educação numa perspectiva dualista, que é de classe do campo que se reverbera por meio do agronegócio”. A política de Educação Rural desvinculava-se dos propósitos da população camponesa, que por meio dos movimentos sociais do campo começaram a reivindicar dentre outros direitos sociais, o direito a políticas educacionais específicas e diferenciadas para o campo.

De modo geral, a educação rural é destinada à população agrícola, sendo constituída por todas aquelas pessoas que a agricultura representa o seu principal meio de sustento, sendo essas pessoas os camponeses, ou seja, aqueles indivíduos que residem e ao mesmo tempo trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho, seja este um salário, um lucro ou um juro (RIBEIRO, 2012).

A Educação do Campo nasceu dos pensamentos, desejos, e interesses de todos os sujeitos que moravam no campo. Sujeitos esses que tinham como objetivos propostas de vida a serem seguidos, mas pela falta de valorização de suas culturas não tiveram grandes avanços. A partir da prática social é importante considerar que esse local do campo é lugar sempre de grandes conhecimentos. A Educação do Campo segundo Souza (2008) é:

A concepção de Educação do Campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar de construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável. (SOUZA, 2008, p.1090)

Ademais vale ressaltar que, a educação do campo trata de uma educação onde o aluno do campo se locomove para uma área urbana em busca de estudo, enquanto que a educação rural a educação realizada no ambiente do campo e com um trabalho

pedagógico que contemple as necessidades do aluno que lá reside. Segundo Caldart apud LIMA FILHO E JANATA (2005, p. 51).

A educação do campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tenham o campo como seu espaço de vida. Assim, ela deve ser no e do campo. No porque o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive e do, pois o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada a sua cultura e as suas necessidades.

Fazer considerações sobre a educação do campo é entender que ela é um processo para reflexão sobre a realidade, é fazer da educação um processo e uma dinâmica de emancipação da vida.

Assim, quando pensar em educação do campo, refletimos o que Caldart (2007) discorre que “esse modelo de educação ainda não está totalmente pronto, acabado, ele está sempre em movimento, passando por um processo de construção dos saberes dos sujeitos campesinos”.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais possuem a habilidade de combinar uma pluralidade de formas de ação que vão de estratégias contenciosas e separativas, como os protestos públicos, passeatas e ocupações, até ações formais de encaminhamento de demandas. O conjunto dessas ações e formas de resistência é contingente e dinamizado pela relação com a sociedade civil e com o Estado em cada contexto histórico específico.

No que diz respeito aos movimentos sociais rurais, estes têm intensificado a sua participação nas disputas que envolvem a luta pela terra e o controle social das políticas públicas relacionadas ao campo, buscando fortalecer a agricultura familiar. Contudo, nas últimas décadas os movimentos sociais rurais apresentam-se com outras concepções e práticas, mais próximas do cotidiano, dos costumes e dos desejos daqueles que vivem da agricultura.

Segundo Woodward (2000), os movimentos sociais surgiram como uma política de identidade, que visa afirmar a identidade cultural dos grupos marginalizados e oprimidos por meio da mobilização política. Essa política tem como base reafirmar as particularidades culturais de um determinado grupo, assim como realizar uma análise da opressão que este grupo possa estar vivendo. Em consequência disso, a política de identidade dos novos movimentos sociais buscam na História as raízes da opressão e marginalização, fazendo da identidade um produto histórico.

Nesse sentido, os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como

resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede.

Tanto os movimentos sociais dos anos de 1980 como os atuais, têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades a grupos antes dispersos e desorganizados, como bem já acentuou Melluci (1996). Ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos de algo passam a sentir-se incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.

2.1 Assentamento

Os assentamentos rurais são observados como uma nova configuração de formas sociais integradas ao processo social e político. A redistribuição fundiária propiciou o acesso à terra aos trabalhadores que até então não obtinham um pedaço de terra para morar e trabalhar, permitindo a estes camponeses o acesso a linhas de créditos para produção e independência financeira. Carvalho (1998) destaca que:

[...] os assentamentos compreendem um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (CARVALHO, 1998, p. 4).

A presença de assentamentos enquanto territórios independentes se configuram como novos espaços para implantação de políticas públicas, dessa maneira a condição de assentado possibilitou, a tomada de empréstimos para produção, contribuindo de maneira significativa para sanar as dificuldades econômicas no campo.

Embora a definição de assentamento signifique um lugar de fixação ou de residência, com o exemplo adicionado nota-se que assentamento se distingue de habitação, de moradia, de casa, de povoado, por apontar uma forma de ocupar o espaço não considerado habitual, previsto pelas administrações. Assentamento é significado como um tipo de “desordem” cidadina, de irregularidade que “complica” a ação do poder público. Nesse sentido, no discurso de organização da cidade, é sinônimo de invasão e outras formas de aglomeração irregular.

No entanto, segundo Caldart (2012), os assentamentos se constituem enquanto espaços educativos visto que, os sujeitos que compreendem o lugar vão se construindo

coletivamente nas experiências de mobilizações e lutas por direitos, nas resistências, juntamente com seus saberes e culturas. Assim sendo, os assentamentos não se resumem a porções de terra, compreendidas enquanto matéria morta, representam vida, espaço dinâmico, dialógico, reflexivo e democrático. Segundo Araújo e Silva (2011, p.68), “é a partir da democratização do espaço camponês que se materializam as necessidades e desejos de uma educação diferenciada, desenvolvida por eles mesmos”.

3. IDENTIDADE E PERTENCIMENTO

Os territórios vão além de um espaço geográfico delimitado por regras político-administrativas e representam nosso espaço de vida. Ele é um espaço construído pelas relações que estabelecemos e a partir das quais é possível alcançar nossos objetivos, assim como contribuir com os objetivos dos outros.

Olhar a escola do campo é olhar para a comunidade que está em volta, pois é ela que age como suporte cultural e de conhecimento, além de promover a socialização entre os moradores. Essa característica dá a escola do campo uma importância maior, pois não se destina apenas a ensinar conhecimento aos alunos, crianças e adolescentes, mas de envolver as famílias em momentos específicos que ofereçam conhecimentos e acesso à cultura. Assim, Arroyo (2004, p. 14) coloca que:

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo (ARROYO, 2004, p. 14).

Neste sentido, que a escola do campo, assim como a escola urbana, é um lugar privilegiado para a formação humana, para o conhecimento, a cultura, os valores e para a construção das identidades dos sujeitos. Além disso, ela se constitui em diferencial, justamente pela falta de outros espaços de acesso à cultura e ao conhecimento. De acordo com Nunes (2015):

A construção da identidade se dá no relacionamento com o outro e o sentimento de pertencimento a um lugar associado a valores e costumes. Entretanto, a transição dificulta o desenvolvimento da identidade do educando, porque é preciso haver tempo para a construção da identidade, e o tempo geralmente é interrompido por essa transição (NUNES, 2015, p.9).

Os costumes, valores e tradições são os elementos que determinam a identidade do lugar, mas são também elementos que junto com outros constituem a identidade dos sujeitos. A ação pedagógica que valoriza a vida no campo, que usa essas experiências e seus elementos para significar os conhecimentos vai criar vínculos como campo

desenvolvendo a identidade e o pertencimento.

Nesse sentido, o sentimento de pertencimento é uma forma de incentivar as pessoas a valorizarem e cuidarem do lugar que estão inseridos. A ideia de pertencimento institui uma identidade no indivíduo que o fará a refletir mais sobre a vida e o ambiente, desencadeando uma postura crítica e reflexiva dentro do local onde ele se encontra. Os sentimentos de pertencimento e identidade são construídos no ambiente escolar através do estudo do meio, pois é um espaço de vivência que viabilizará “aprofundar conhecimentos e rever atitudes, conceitos, valores éticos e estéticos” (LESTINGE, 2004, p. 5).

Ademais, Lestinge (2004) discorre que, o fortalecimento dos sentimentos de pertencimento e identidade ao mesmo tempo que podem ser libertadores e ir em direção à autonomia, podem também criar o sentimento de rejeição ao outro que não faz parte do seu ambiente, repelindo o diferente. Dessa forma, junto com os sentimentos de pertencimento e identidade devem ser construídos também um sentimento de respeito ao diferente e ao outro. Pois o respeito não deve ser somente em relação ao espaço que a pessoa está inserida, mas que desse sentimento surja também o respeito ao que está além dele, as outras identidades.

Assim, é preciso pensar uma educação que esteja de acordo com a realidade da comunidade uma vez que a concepção de educação do campo seja nova e vem tratar das questões da atualidade ela precisa ser discutida em nossas comunidades do campo. Desse modo, Caldart (2007) diz que é preciso se pensar uma educação que dialogue com o campo, no sentido de educar os sujeitos para uma vida melhor, com a valorização dos saberes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola trabalha as questões inerentes ao aluno, à família e, gradativamente, vai aumentando a distância do que o cerca, mas a escola precisa ir além, ela precisa auxiliar o aluno a partir do seu local construir ferramentas/referências para conseguir interpretar o mundo que o cerca e os fatos que estão distantes dele. A partir dessa compreensão, que é dada a importância de conhecer o local para compreender o global, pois envolve a vivência próxima de cada um como ponto de partida para conhecer o que está localizado mais distante.

Partindo desse pressuposto, a propriedade rural carrega marcas da história das pessoas que ali vivem: expectativas e formas de vida e, da mesma maneira, se torna um

referencial para sentimentos, lembranças e emoções. Refletir sobre as vivências e as relações estabelecidas com o lugar pelos alunos e por suas famílias demonstram os sentimentos que os unem e os afastam. Callai (2011) coloca que:

Um dos conceitos importantes para trabalhar a Geografia é o conceito de lugar. Este é o conceito que oportuniza a realização da análise geográfica ao ser trabalhado na perspectiva da escala social de análise. Neste entendimento o conceito de lugar interessa porque se expressa como a possibilidade de entender o mundo (CALLAI, 2011, p. 17).

Nesse sentido, compreende-se a importância de se trabalhar práticas pedagógicas que envolvam o contexto levando em consideração todas as especificidades do campo, para que se possa dizer que de fato é uma educação de campo, libertadora dialogando com os saberes dos sujeitos fazendo a mediação do conhecimento visto que, uma particularidade da educação do campo consiste em assumir um diálogo com a teoria pedagógica a partir da realidade vivida pelos camponeses, bem como dos seus interesses.

No que diz respeito à construção da identidade do aluno, envolve tanto o pessoal como o coletivo uma vez que a identidade não é alguma coisa que se tem, mas sim algo que se constrói durante a vida. Também não é uma característica estável, mas um acontecimento relacional. O desenvolvimento da identidade caracteriza-se como um processo evolutivo e de interpretação de si mesmo dentro de um determinado contexto.

Assim, é necessário desenvolver uma didática pedagógica que levem em consideração o sujeito, uma vez que ainda se está preso a um currículo totalmente urbanocêntrico, mesmo que algumas atividades desenvolvidas sejam para fortalecer a Educação do Campo e a identidade do sujeito ainda é um currículo Urbano.

Para Arroyo (2004, p. 14) “A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidade das crianças, adolescentes, jovens e adultos”. A ideia exposta por ele é que a escola seja capaz de ampliar a forma de seus educandos enxergarem o mundo e a si mesmos a partir de sua identidade, valores e culturas.

No que diz respeito da educação do campo, é preciso saber incentivar os camponeses e valorizar sua cultura, as suas raízes, mostrando o quanto é importante conhecer valores do campo. A escola tem uma importância enorme e um papel fundamental na valorização das vivências do sujeito do campo, para que não se perca esses aprendizados que realmente deve ser passado de geração. Quando as crianças têm esse incentivo elas não precisam mudar do campo, elas podem sim construir seu futuro no local em que vive, tendo suas raízes fortalecidas de homem campesino que tem uma importância enorme na

sociedade, precisamos valorizar a cultura campestre, uma vez que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p. 1)

Esta resolução que traz as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo foi resultado da luta dos movimentos sociais do campo por políticas públicas e representa um marco no que se refere à inserção da identidade do campo em um dispositivo legal. Contudo esta definição se consubstancia considerando-se as condições materiais concretas.

Nesse sentido, a capacitação da escola do campo leva-se a uma nova dimensão totalmente significativa de educação do campo, que ainda está em construção, mas que é inegável que já houve avanços significativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade da escola do campo está vinculada ao processo histórico de luta dos povos do campo por acesso à terra para o trabalho e à educação. Esta identidade não deve estar centrada na diferença, mas numa perspectiva de resistência da classe trabalhadora que vive no campo.

As práticas pedagógicas em defesa de um modelo de educação que seja adequado para a realidade do povo campestre, assim como a luta pela terra precisa ser abraçadas por todos, para que assim seja combatida a desigualdade, fortalecendo uma educação que seja emancipadora, dialética, libertadora, comprometida com a formação humana e social dos povos do campo.

Precisam-se potencializar os sujeitos do campo, mas para isso as metodologias e concepções de escolas do campo precisam mudar, e isso pode acontecer quando as escolas estiverem alinhadas com as comunidades onde elas estão localizadas junto com os movimentos que se encontram no campo.

Observou-se que as práticas educativas da escola desencadeiam ações que desenvolvem a identidade e o desejo de pertencimento no campo. Contudo, considera-se que a práticas pedagógicas poderia ser mais efetiva, no sentido de trazer para essas práticas as vivências das propriedades como temas para a aprendizagem dos conhecimentos científicos, aproximando o vivido nas propriedades e os saberes a serem aprendidos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ismael Xavier. SILVA, Severino Bezerra da. **Educação do campo e a formação sociopolítica do educador**. João Pessoa: UFPB, 2011.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. 214p.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002, CNE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da>. Acesso em: 20 janeiro. 2024.

CALLAI, H. C. **A geografia escolar – e os conteúdos de geografia**. Revista de Anekumene, Bogotá: Colombia, n. 1, p. 128-139, 2011.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: **Por uma educação básica do campo**, nº 3. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre educação do campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008. (NEAD, Especial; 10) (Coleção Por uma Educação do Campo, nº 7).

CALDART, R.S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins de. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. In: **Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**. Curitiba: Agosto, 1998.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão Israel e MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo (Memória)**. Brasília/DF: Fundação Universidade de Brasília, 1999.

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudo do meio e pertencimento**. Dissertação (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba 2004.

LIMA FILHO, A. M; JANATA, N. E. Educação do campo. IN: PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Cadernos temáticos, educação do Campo, fev. 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de**

metodologia científica. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
NUNES, Juliana. Educação do Campo em busca de uma Identidade: um estudo de caso na escola “Sueli Mari Gheller” - Videira – SC. **Retratos de Assentamentos.** v.18, n.2, 2015.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: CALDART, Roseli Salette et all (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo:** Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica. Educação e Sociedade. Campinas, vol.29, n.105, p.1089 1111, set/dez.2008.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, T. T. Da. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.